



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
62ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53

A sexagésima segunda reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no auditório da SEMA, Anexo Othelo Rosa, rua Carlos Chagas, número cinqüenta e cinco, décimo primeiro andar, Porto Alegre-RS, no dia dezessete de agosto do ano de dois mil e onze, às quatorze horas e vinte e cinco minutos. **Compareceram** os conselheiros: Secretária de Estado Jussara Cony, SEMA – Presidência; Luiz Carlos K. De Oliveira, Secretaria dos Transportes - representante – SEINFRA; Margareth Vasata, Secretaria do Planejamento – SEPLAG – representante; Julce Clara da Silva, Secretaria da Saúde – representante; Maria Bonelli, SEDAI – SDPI - representante; Pedro Homero Flores Obelar, Secretaria dos Transportes - representante – SEINFRA; Luciane Sant’Anna Peralta, Casa Civil – representante; Teresinha Guerra, Comitê Lago Guaíba – titular; Leda Famer, Comitê Tramandaí – suplente; Zuleica Santos, Comitê Ijuí – titular; Daniel Schmitz, Comitê Taquari-Antas – titular; Paulo Robinson da Silva Samuel, Comitê Gravataí – suplente; Claucia Kapper, Comitê Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo. **Ausentes:** Secretária de Obras Públicas; Secretaria da Agricultura. **Ausência Justificada:** Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico – SCIDT e Sistema Nacional de Recursos Hídricos. **Demais:** Fernando Bernál, Comitê Baixo Jacuí; José Alberto Vieira, Comitê Piratinim; Fernando Lague, Comitê do Litoral Médio; Cintia Agostini, Comitê Taquari-Antas; Tiago Corrêa, Comitê Tramandaí; Gerson Ferreira, Comitê Santa Maria; Thiago Krebs, ASSJUR/SEMA; Felipe José Antonini; Comitê Santa Maria; Valéria Borges Vaz; Comitê Pardo; Maurício Colombo, Comitê Gravataí; Lucio Simões Aquino; Comitê Butuí-Icamaquã; Shirley Dini Nielsen, METROPLAN; Henrique Kotzian, Ecoplan Engª Ltda; Marco Corrêa, GAB/SEMA; Rejane de Abreu e Silva, DIOUT/DRH/SEMA; Viviane Nabinger, Comitê Sinos; Eduardo Stumpf, Comitê Baixo Jacuí; Fabrício Loguercio, DA/SEMA; Lourenço Corrêa e Tiago B. Loch, DIPLA/SEMA; Fernando Meirelles, UFRGS; Nanci B. Giugno, Carmem Lúcia S. da Silva e Margarete W. Bremm, secretaria Executiva do CRH/RS. A Presidenta Jussara Cony saudou a todos e abriu a reunião. **Pauta - Item I – Comunicações: 1.** Ofício circular nº090/2011, recebido do Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - MMA justificando a ausência do seu representante a reunião em virtude de contingenciamento. A presidenta Jussara Cony observou que na próxima reunião em Brasília vai salientar da necessidade de uma maior participação desta Secretaria nas reuniões do CRH. **2.** Ofício 017/CGBH – Taquari - Antas informando ser de extrema importância que se implante o Sistema de Alerta de Enchentes e destacou da disponibilidade do Comitê em colaborar para que isso seja implantado. A presidenta Jussara destacou que na reunião que teve pela manhã, a primeira questão abordada foi esta, lembrou no processo de transição de governo, o Estado estava passando por uma estiagem enorme, com graves conseqüências, onde se vê mais uma vez a urgência da implantação deste sistema. Neste processo devem participar a SEMA e seus órgãos, o próprio DRH, Defesa Civil, FEPAGRO e outros órgãos que ainda vão ser escolhidos. A Defesa Civil e SEMA serão os implantadores deste Sistema. Quanto à implantação do Sistema de Alerta de Eventos Extremos, disse que este assunto vai ser levado ao núcleo de Governo, pois é sistema estratégico. A Defesa Civil tem interesse e já está sendo feita uma tratativa para sentar a Defesa Civil e SEMA. Recomendou que este assunto deva ser levado ao Fórum Gaúcho de Comitês, com o aporte do Comitê solicitante. Quando tiver início esse processo, todos serão avisados. Lembrando que não é uma necessidade só do Comitê Taquari - Antas, mas de todos os Comitês. Acrescentou que o assunto foi pautado na Carta Consulta do Banco Mundial e nos foi comunicado oficialmente que vamos ter o zoneamento ecológico-econômico, o SILAM e o aporte de seis milhões de reais, que vai garantir todos estes projetos, inclusive a implantação deste sistema. A secretária-executiva do CRH/RS, Nanci Giugno informou que houve uma reunião com o DRH, Defesa Civil e FEPAGRO e já constam alguns recursos destinados para isso Além deste, teremos mais esse aporte de seis milhões, e uma proposta, um projeto técnico bem dimensionado de como devemos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

54 avançar. 3. Correspondência recebida da Ong Onda Verde - Comissão Provisória do Rio
55 Mampituba solicitando a criação do Comitê Mampituba. A presidenta Jussara convidou a
56 técnica do DRH, Elaine dos Santos, para apresentar o relatório técnico que elaborou, em
57 relação à manifestação conjunta dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos do RS e
58 SC, com o compromisso de assumirem conjuntamente a gestão compartilhada da Bacia
59 Hidrográfica do Mampituba. Elaine cumprimentou a todos dizendo da satisfação de estar
60 falando ao Conselho de Recursos Hídricos. Lembrou que acompanhou a criação da
61 Comissão Provisória do Mampituba em 2001, um excelente trabalho que foi feito junto com
62 os dois Estados, em que a sociedade também teve uma importante participação, interagindo
63 e internalizando o processo da gestão compartilhada das águas. Por ser uma bacia costeira
64 é muito especial, porque a água doce é muito frágil em ambiente costeiro e esta gestão é
65 crucial. O que a sociedade podia fazer ela já fez, vários eventos, seminários desde 2000, um
66 do lado do RS e outro de SC e por ela ser uma bacia compartilhada a calha é de domínio da
67 União. Lembrou de uma reunião que aconteceu em Praia Grande no ano de 2001, onde
68 participou uma representante da Secretaria Nacional de Recursos Hídricos, na época, e ela
69 garantiu que iria ter para todos os membros da Comissão Provisória um curso de gestores
70 de água, por ser uma prática da Secretaria Nacional de Recursos Hídricos, com aporte de
71 recursos, mas o curso não aconteceu. O RS também fez planos de trabalho para ter
72 recursos para investir pelo menos no lado do RS, o que também não aconteceu. Foi um
73 trabalho exaustivo feito pelo então Diretor Rogério Deves também sem sucesso. Há uns
74 dois anos atrás o então representante de Santa Catarina, também prometeu uma série de
75 recursos financeiros para investir e formar um comitê. Antes disso, também em 2004, veio o
76 Presidente da ANA na época, para tentar organizar o comitê e foi solicitado um dossiê,
77 caracterizando a bacia do ponto de vista físico, hidrológico, identificando as principais
78 demandas, conflitos e deveria ser remetido ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
79 Trabalharam em conjunto com os técnicos de Santa Catarina, fizeram o dossiê,
80 encaminharam e isso ficou estagnado. Em 2010 teve outro evento na cidade de Passo de
81 Torres, com participação do ex-Secretário do Meio Ambiente Berfran Rosado,
82 representantes dos usuários da água e dos recursos hídricos de Santa Catarina e também
83 uma representante da ANA, que deixou a todos perplexos. Ela veio de Brasília para dizer
84 que dava muito apoio à criação do Comitê, mas que a ANA não era responsável pela
85 criação do Comitê de Bacia. Neste encontro foi assinada uma manifestação conjunta dos
86 Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos do RS e Santa Catarina. Então, o Sr. Nabor
87 Guazelli, que é uma pessoa que vestiu a camiseta da gestão das águas e toda a comissão
88 provisória se dedicam até hoje, não desistiram. A comunidade ainda espera muito que seja
89 criado esse comitê. Então, chegou as nossas mãos uma carta, um pedido encarecido do Sr.
90 Nabor, quando ela estava numa palestra na cidade de Dom Pedro de Alcântara,
91 representando o DRH, onde ele pedia que fosse entregue à Secretária do Meio Ambiente.
92 Lembrou que em 2009, o próprio CRH fez um trabalho maravilhoso, uma moção de apoio a
93 criação do Comitê Mampituba. Então, tudo o que a sociedade podia fazer, foi feito, teve a
94 participação do Estado de Santa Catarina, foi um trabalho muito bonito e o que a sociedade
95 pede é que seja realizado. Esse processo tem que ser retomado pelos Secretários SC e RS.
96 É um desejo do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e tem que ser encaminhado para o
97 órgão competente para que ele viabilize, porque ele já está mais que maduro. Elaine
98 agradeceu a oportunidade de poder falar em nome do Mampituba. A presidenta Jussara
99 salientou que esse ofício foi recebido no dia vinte de Julho, na mesma semana foi
100 encaminhado para o CRH e em menos de um mês já estamos aqui com o Parecer. Esse
101 Parecer vai ser incluído no processo e a SEMA, juntamente com o Ministério do Meio
102 Ambiente, ANA, Ministério Público e os dois Governos RS e SC, no sentido de retomar esse
103 processo, que é um processo histórico, a fim de viabilizar a implantação do Comitê.
104 Enfatizou que queremos buscar uma resposta concreta, ver o que está faltando para que
105 isso aconteça. Na semana que vem irá a Brasília e levará esse encaminhamento junto aos
106 órgãos federais. Destacou mais uma vez a necessidade desta instalação do Comitê, porque



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

107 o Mampituba não é mais o que era, está completamente diferente, existe uma série
108 problemas com esgoto, construções, etc. 4. Solicitação de assento no Conselho Estadual de
109 Recursos Hídricos, por parte da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e
110 Cooperativismo e leu o encaminhamento que foi dado: "Encaminha-se ao Grupo de
111 Trabalho constituído para as devidas considerações a alteração da composição do
112 Conselho e seu regimento interno, em face de reestruturação administrativa do Estado do
113 Rio Grande do Sul, contemplando o equilíbrio das representatividades e convoque-se
114 imediatamente uma reunião". 5. Justificativa de ausência à reunião do representante Sr.
115 Alberto Rossi da Secretaria de Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico – SCIT. II
116 – **ORDEM DO DIA - Aprovação da ata da 16ª Reunião Extraordinária, 17ª Reunião**
117 **Extraordinária e 61ª Reunião Ordinária do CRH.** Colocadas em separado para aprovação,
118 atas aprovadas na íntegra. 2. **Expediente nº 0756-0500/11-1 que trata da prorrogação do**
119 **mandato das diretorias e entidades dos Comitês de Bacia Hidrográfica.** Convidado o
120 Assessor Jurídico e Presidente da Câmara Técnica De Assuntos Institucionais e Jurídicos,
121 Sr. Thiago Krebs para apresentar o Parecer. Procedeu a leitura do Parecer sobre a proposta
122 de resolução enviada a CTIJ, onde se propõe a prorrogação dos mandatos das diretorias
123 dos Comitês de Bacia até o término da elaboração dos Planos das Bacias. Foi identificado e
124 deliberado através de um parecer da relatoria jurídica da SEMA e aprovado por
125 unanimidade pela CTIJ, a impossibilidade legal desse ato, porque os Comitês são regrados
126 pela Lei 10.350/94, que é regulamentada pelo decreto 37.034/96 e ela exige que haja o
127 processo eletivo, bem como numa situação excepcional, e entendeu-se na CTIJ que poderia
128 trazer algum prejuízo fazer esse processo no meio do plano, mesmo assim não há nenhum
129 tipo de disponibilidade legal para que isso se torne uma resolução do Conselho, então o
130 parecer da CTIJ, por unanimidade foi de negar o prosseguimento da minuta e houve uma
131 ponderação da CTIJ, tendo em vista que alguns casos já foram prorrogados anteriormente,
132 há uma ressalva da CTIJ de que, entendendo institucionalmente este conselho, ele pode
133 analisar, mas é um caminho que traz o princípio da legalidade e mesmo que os comitês não
134 sejam administração pública direta, eles fazem a função pública e tem que seguir as leis. A
135 presidenta colocou em votação o Parecer da CTIJ que foi aprovado e que as prorrogações
136 seguirão sendo feitas caso a caso, individuais. 3. **Expediente nº 3012-0500/11-8 que trata**
137 **da alteração da Resolução nº01/97 do CRH/RS que trata de vazões e dispensa de**
138 **outorga.** O Sr. Thiago Krebs esclareceu que esse encaminhamento vem da CTIJ que
139 aprovou a minuta de alteração da Resolução 01/97 do CRH/RS, que apresenta os casos de
140 dispensa de outorga, que é uma competência legal do CRH. A análise da CTIJ entendeu
141 que não há nenhum tipo de ilegalidade, nenhum tipo de restrição à minuta. Essa minuta é
142 fruto de um grupo de trabalho que foi instituído no final de 2010, com a representação da
143 FETAG, CORSAN, Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, um representante de
144 Comitê de Bacia Hidrográfica do Guaíba, um representante da Região Litorânea e um
145 representante da região do Uruguai, FEPAM e SEMA, que conjunto apresentou uma
146 resolução que ao ver da CTIJ segue todos os ritos da legalidade. Foi chamada a Eng.
147 Rejane Abreu, técnica da Divisão de Outorga do DRH e coordenadora do GT, para
148 esclarecer. Ela informou que há muito tempo, dentro do DRH, vinha se sentindo a
149 necessidade de estabelecer algumas vazões de dispensa de outorga, porque temos casos
150 de bacias, como a do Rio Pardo e Baixo Jacuí, onde ocorrem solicitações de outorga para
151 vazões bastante baixas para irrigar um ou dois hectares. Comentou que a Resolução 01/97,
152 dispensa de outorga os usos de caráter individual para as necessidades básicas da vida:
153 higiene, alimentação e produção de subsistência, vinculados a uma residência unifamiliar e
154 sem fins econômicos. Disse que a nova proposta de resolução desvincula os usos de
155 caráter individual da residência unifamiliar e propõe dispensa de outorga de pequenas
156 vazões para o uso com fins econômicos. Esclareceu que a dispensa de outorga para o uso
157 em consumo humano, proposta equivale a uma vazão de até 0,1 litros por segundo e de até
158 3 litros por segundo, quando vinculada ao uso para atividades econômicas, excetuando-se
159 as atividades localizadas nas bacias onde a demanda está próxima da disponibilidade. Para



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

160 águas subterrâneas foi considerado o que diz o Decreto 42.047 que prevê dois metros
161 cúbicos/dia para dispensa de outorga; o que mudou foi apenas a desvinculação da
162 residência unifamiliar e a possibilidade da utilização da água para fins econômicos. Também
163 foi prevista a dispensa de outorga para alguns usos não consuntivos, como monitoramento,
164 travessias, dragagens, navegação, tendo anuência do órgão gestor. Temos ainda os
165 pequenos espelhos d'água que são os açudes com até quinze mil metros cúbicos e altura
166 do nível normal das águas de 1,50m. Também fizemos questão de colocar os poços que
167 estão dispensados de outorga, mas tem que ser cadastrados, com anuência prévia para sua
168 perfuração e colocou-se a disposição. O Sr. Eduardo Stumph, relator do GT, disse que em
169 sua opinião na parte técnica está tudo perfeito, só fez uma observação na mudança feita na
170 minuta pela CTIJ. Ele não concorda, no artigo primeiro onde se colocou: aprovar o critério
171 para dispensa de outorga e direito de uso dos recursos hídricos, enquanto não estiver
172 estabelecido pelo plano de uma determinada bacia hidrográfica, isso é o que determina o
173 decreto. O decreto estabelece que a dispensa de outorga seja definida pelas bacias
174 hidrográficas, não pelo CRH, e define também que enquanto as bacias não definem que
175 outorga pode ser dispensada, quem vai fazer essa definição é o DRH. Como sabemos que o
176 DRH fica muito frágil em relação a isso, fizemos essa resolução para o CRH dar um aporte
177 para o DRH poder fazer. Sr. Thiago Krebs explicou que a alteração é regrada pelo Decreto
178 Estadual Nº 37.033 no seu artigo quarto: Os planos de bacia hidrográfica poderão
179 estabelecer uma vazão de derivação abaixo da qual a outorga poderá ser dispensada.
180 Quando é definido aqui que "poderão" e foi entendida pela CTIJ que não é uma regra
181 absoluta, então ela poderia não ser definida pelo plano, depende do comitê definir ou não,
182 ele tem essa liberalidade. Se ele não define pode ser pelo CRH, então nós retiramos,
183 porque pela hierarquia das normas uma resolução do CRH é inferior a um decreto e deve
184 ser interpretada pelas leis vigentes, isso não é tirar o que diz o artigo quarto, mas a frase
185 que constava antes iria de encontro ao artigo quarto, que poderia provocar uma
186 interpretação de ilegalidade. Sr. Eduardo salientou que o artigo quarto diz que poderão, mas
187 o parágrafo primeiro diz que a vazão mencionada deverá ser aprovada pelo DRH e o
188 parágrafo segundo diz que enquanto não estiver definido o plano de uma determinada
189 bacia, a vazão mencionada poderá ser definida pelo DRH. No seu entender os planos de
190 bacia que definem e outra ponderação é que uma resolução do CRH tem o mesmo peso de
191 um decreto. Sr. Thiago complementou que no ponto de vista da análise da CTIJ, o
192 entendimento é que poderia ter ido de encontro sim, do ponto de vista de pesquisa
193 hermenêutica, inclusive com Pareceres de vários doutrinadores, existe posição hierárquica
194 das normas e o decreto seria superior. A presidenta Jussara colocou em votação o Parecer
195 da CTIJ que teve três votos a favor. Após, colocado em votação a Resolução com a volta do
196 texto original do GT e alterado pela CTIJ. No artigo primeiro: "aprovar os critérios para
197 dispensa de outorga de direito de uso dos recursos hídricos, enquanto não estiverem
198 estabelecidas pelo Plano de uma determinada bacia hidrográfica. Aprovada Resolução com
199 o texto original do GT no artigo primeiro com dez votos a favor e uma abstenção. **4. Moção**
200 **de repúdio ao PL Nº 315, de 2009, que propõe alterar o artigo 1º da Lei no. 8.001/90,**
201 **regulamentada pelo Decreto Federal no. 01 de 11 de janeiro de 1991, que trata da**
202 **parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação**
203 **Financeira dos Recursos Hídricos – CFRH – Nanci Giugno colocou que existe tramitando**
204 **no Senado um projeto de lei nº 315, 54 D da Câmara Federal, propondo alteração do artigo**
205 **primeiro da Lei 8001 de 90, regulamentada pelo decreto federal nº1 de 11 de Janeiro de 91**
206 **que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da compensação**
207 **financeira dos recursos hídricos. Atualmente esse recurso é dividido da seguinte forma: 45%**
208 **para os Estados, 45% para os Municípios, 3% para o Ministério do Meio Ambiente, 3% para**
209 **o Ministério de Minas e Energia e 4% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico**
210 **e Tecnológico. A proposta do PL 315 modifica isso, deixando 25% para os Estados e 65%**
211 **para os Municípios. Esse assunto foi trazido a nós através do Fórum Nacional de**
212 **Organismos Gestores da Água, para que nos pronunciássemos a respeito. Viu todas as**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

213 tramitações e o Fórum na época, conseguiu através de Deputados Federais e alguns
214 Senadores trancar o processo, ele ficou em banho-maria. O que se apresenta nesse
215 momento é que aqueles que estavam conseguindo segurar, inclusive parece que duas
216 pessoas faleceram e foram substituídas por outras que não conhecem o processo, e está na
217 eminência de voltar a tramitar esse projeto de lei. Então, o Fórum Nacional fez uma Moção
218 de Repúdio, onde assinou junto, além disso, o Fórum recomenda aos Conselhos Estaduais
219 de Recursos Hídricos que também tirem das suas plenárias uma moção e se possível cada
220 Comitê de bacia também tire. Quanto mais chegar pedidos e moções contrárias a esse
221 projeto de lei, melhor. Nanci fez a leitura da Moção de Recomendação do Fórum aos
222 Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e acrescentou que em relação ao FRH, apesar
223 de todas as dificuldades de acessá-lo, temos mais claramente como utilizá-lo. Muitos
224 Estados utilizam estes recursos para questões que não tem nada a ver com recursos
225 hídricos. A Presidenta Jussara salientou que a idéia é esta, poder utilizar esta mesma
226 redação, adaptando ao nosso Conselho para garantir a continuidade desse aporte de
227 recursos do percentual estabelecido, ou seja, pela reprovação do projeto. Colocada em
228 votação, a moção foi aprovada por onze votos a favor e uma abstenção. Conselheiro Daniel
229 Schmitz colocou que sobre a recomendação de repúdio, chega ao ponto de ser
230 desconfortável, porque o recurso vem para o Estado, nem todo ele fica disponível e estamos
231 sempre falando e discutindo sobre o fundo. Tem que continuar assim, mas muitos
232 municípios já recebem recursos desta compensação vindos da ANA e não sabem nem da
233 onde vem este dinheiro e muito menos no que aplicá-lo. Na Bacia do Taquari - Antas alguns
234 municípios recebem oitenta, noventa mil reais por mês deste recurso e não sabem que
235 recebiam isso e muito menos para aplicar em melhorias da qualidade da água. Por isso um
236 recurso que venha da origem que tenha utilização no recurso hídrico, que tenha unidade de
237 planejamento que são as Bacias Hidrográficas, se canalizada ao município, tira bastante o
238 foco da ideologia para que ele serve, porque esta cobrança. Por mais que se tenha este
239 desconforto, nós temos que lutar para que ele seja muito bem aplicado, e fique numa
240 instância de gestão maior que o município. **5. Andamento dos trabalhos de elaboração**
241 **do PERH-RS: roteiro dos eventos temáticos, setoriais e regionais, para construção**
242 **dos acordos globais do PERH -** A secretária-executiva Nanci Giugno informou que tiveram
243 uma reunião bastante importante a nível interno da SEMA com todos os técnicos do DRH no
244 sentido de que se impacte mais, não só a sociedade, mas o próprio governo sobre esse
245 importante momento que estamos vivendo do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Já
246 foram aprovadas as etapas aqui neste conselho, foi uma retomada depois de um longo
247 tempo de paralisação e com a Assessoria de Comunicação da SEMA discutimos bastante
248 no sentido de dar visibilidade ao que está acontecendo e principalmente mostrar como que
249 os resultados do plano contribuem para o desenvolvimento do Estado. E essa fase que se
250 inicia é também uma fase fundamental que é justamente formar os acordos. Outra coisa que
251 se observa também é que nos encontros estão quase sempre as mesmas pessoas, por isso
252 estamos contando com o apoio forte da Assessoria de Comunicação da SEMA para divulgar
253 mais e fazer com que mais pessoas participem desses próximos encontros, nessa nova fase
254 que é de firmar os acordos. A presidenta Jussara acresceu que também vai ser trabalhado
255 com o setor da comunicação no sentido de divulgar a elaboração do Plano Estadual no site
256 da Sema. Henrique da Ecoplan, ECOPLAN Engenharia Ltda expos que já existe uma
257 integração e normalmente todas as apresentações que são feitas, são disponibilizadas num
258 site específico do plano. Colocou que o PERH tem quatro fases, duas delas já concluídas,
259 sendo que a última que são os cenários futuros foram definidos há pouco. Quando
260 retomamos o plano viemos aqui no Conselho e acertamos a realização de dez passos num
261 programa de mobilização social, concluímos a fase B e estamos iniciando a fase C que é o
262 programa de ação. Agora viemos aqui novamente apresentar as proposições que estamos
263 fazendo em termos de mobilização e participação social para que haja esse consenso, como
264 vai ser apresentado, não tem como implementar proposições sem a participação dos
265 Comitês e do Sistema. Lembrando que dois relatórios já foram entregues, falta o relatório da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

266 fase C e o relatório do projeto de lei. Aqui estão cinco dos dez passos que nós já fizemos, e
267 culminaram com a reunião realizada na Fundação de Economia e Estatística, que
268 consolidou o cenário estratégico para o Estado. Passamos para os próximos cinco passos, e
269 hoje vamos discutir os passos seis e sete, que são as reuniões temáticas e o seminário final,
270 ou seja, os acordos globais, que são as ações, o que vai ser proposto no plano. A idéia de
271 juntar os passos seis e sete é pela questão de cronograma, porque temos até o final de
272 outubro pra fazer essa rodada e a idéia é integrar reuniões temáticas ou setoriais com uma
273 rodada junto aos comitês através das regiões hidrográficas e esse seminário final seria uma
274 grande reunião em que apresentaríamos os resultados; reservando Novembro para se
275 retornar para dentro da empresa e fazer a lapidação técnica desses acordos sociais ou
276 políticos e com isso chegar Dezembro com uma proposta do plano para apresentação e
277 aprovação aqui do Conselho. Só lembrando a fase C são diversas ações, principalmente
278 definição de programas. Achar alternativas de financiamento que passam pela própria
279 cobrança, enquadramento e articulação das bacias que fazem a interface de
280 enquadramento. A questão da outorga, um regramento básico para Estado e deixar que
281 depois os planos façam as especificações conforme as realidades locais e um esquema
282 organizacional. Todas estas colocações aqui são frutos da experiência em trabalhar com
283 planejamento. Os encontros temáticos devem ocorrer por grupo de afinidades, serão onze
284 encontros. A idéia é que existam instituições parceiras e que o público alvo sejam os
285 representantes setoriais dos comitês e mais as entidades convidadas. Vamos levar uma
286 proposta de programas que compõem a fase C. Na sexta passada fizemos um seminário
287 aqui na SEMA onde analisamos o Plano Nacional de Recursos Hídricos, o Plano Estadual
288 do Paraná e o Plano de Minas Gerais, de forma a buscar nessas experiências alguns
289 indicativos que nos permitam propor uma certa consistência e esta proposição vai passar
290 neste formato de oficina em onze encontros entre os meses de setembro e outubro.
291 Explicou então o quadro da apresentação, começaríamos aqui na SEMA, vamos trabalhar
292 em casa num sistema de gestão. Na coluna da direita os atores convidados e em segundo
293 lugar também já ajustado a idéia é obter um acordo, e se vocês olharem as entidades
294 parceiras geralmente são entidades do Estado, por isso temos que ter esse engajamento,
295 que é muito importante quando vem de cima. Depois os rurais de pequeno e médio porte –
296 FARSUL; lazer e Turismo com a Secretaria de Turismo; Abastecimento e Esgotamento
297 Sanitário com a Secretaria de Habitação e Saneamento; Geração de rte e integramos aqui a
298 Pesca e Agricultura com a FETAG; os rurais de grande p Energia com a SEINFRA;
299 Indústria, Mineração e Navegação com a Secretaria de Desenvolvimento; Aspectos jurídicos
300 com o Tribunal de Justiça, Ministério Público, Tribunal de Contas, PGE exatamente para que
301 seja feito um trabalho completo, para que não tenha nenhuma contradição jurídica que
302 possa trancar o processo lá na frente. Os representantes da sociedade, juntar o famoso
303 grupo II dos comitês, porque estava faltando àquela representação ampla da sociedade e
304 um final na Assembléia Legislativa. A idéia, além dos encontros temáticos, é de mais três
305 encontros por região hidrográfica, em que as câmaras técnicas trabalhando na coordenação
306 desses eventos, reunindo os comitês e nós apresentaríamos o estágio em que se
307 encontraria essa proposição de projeto após os dez eventos temáticos, ou seja, os comitês
308 receberiam já uma depuração dessa rodada. Isso deve ocorrer na segunda quinzena de
309 Outubro. Vamos começar com uma proposição de programas que vem lá do diagnóstico e
310 também da experiência de outros planos. Vamos passar pelos dez encontros temáticos, vai
311 ser trabalhado e apresentado nas reuniões regionais e depois faremos um encontro final e
312 com isso fechamos o passo sete. A presidenta Jussara colocou que fosse feita a
313 apresentação do Plano Estadual no Fórum Mundial Social, em Janeiro de 2012, pois seria
314 apresentado todo o processo como uma atividade da SEMA para entrega na Assembléia
315 Legislativa, e isso dará uma visibilidade enorme ao plano e as políticas públicas
316 estruturantes. Salientou que a equipe que está elaborando o Plano Estadual acertou quando
317 passa pelo núcleo Governo, que pega Casa Civil, Gabinete, Secretaria de Planejamento,
318 isto é estratégico, o Governo é parte desse processo. Conselheiro Paulo Samuel questionou



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

319 ao técnico Henrique se os materiais foram entregues, se estão disponíveis e como se faz
320 para acessar. Henrique informou está disponível no site do plano, as apresentações e só os
321 relatórios mais pesados não estão, mas se dispôs a trazer os CDs na próxima reunião do
322 CRH. A secretária-executiva Nanci recomendou que deve haver uma discussão mais ampla
323 sobre as expectativas dos resultados, e achou importante que a empresa trouxe um estudo
324 dos outros planos estaduais e do Plano Nacional. Percebe que são características e
325 resultados muito diferenciados, no nível de diretrizes, ações e resultados, e temos que ter
326 em mente que isso é um processo e ver como vai ser o mecanismo de acompanhamento
327 depois da implantação do plano. Viviane Nabinger, Comitê Sinos questionou se depois de
328 aprovado o plano, está sendo pensado em um mecanismo de linguagem simples, coloquial
329 para que as pequenas comunidades possam compreender. Conselheiro José Alberto propôs
330 ao Sr. Henrique, que por uma questão de logística, realizar reuniões no Comitê Piratinim,
331 por ele estar próximo dos Comitês Turvo, Butuí-Camaquã e Ijuí. **6. Parecer da Câmara**
332 **Técnica de Programação e Orçamento e Acompanhamento de Projetos do FRH/RS**
333 **sobre os Projetos dos Comitês e Secretarias para o Orçamento 2012 com recursos do**
334 **FRH/RS.** O Diretor Marco Aurélio colocou que na reunião anterior do CRH foi apresentado o
335 Plano Plurianual, que foi um plano maduro, profundo, envolveu bastante discussão interna e
336 gerou um produto muito consistente que tenta levar a Secretaria para um rumo de “Um só
337 órgão, uma só política”. Sobre a aplicação financeira o fundo foi criado por lei para cumprir
338 um papel e tem uma destinação. A aplicação dele depende uma conscientização política. As
339 reivindicações, exigências, controle e fiscalização são importantes para se fazer uma
340 execução plena, porque o fundo tem uma finalidade e tem que ser cumprida. Vamos
341 trabalhar com isso e temos que nos organizar para ter clareza, sinceridade e legalidade nos
342 dados. Estamos tentando fazer de uma forma prévia, trazendo para o conselho uma
343 proposta de aplicação o orçamento está em fase de montagem, na fase qualitativa, ainda
344 pegamos um pouquinho do limite da arrecadação que foi previsto para a Secretaria do
345 Planejamento e a Câmara Técnica trabalhou e está trazendo uma proposta. Seria bom que
346 fosse aprovada essa proposta para depois desenvolvermos a montagem do orçamento de
347 2012. Queremos ouvir os conselhos antes de executar, porque esse é o papel dele. A
348 presidenta Jussara frisou que esta foi a primeira vez que conseguimos fazer isso e o papel
349 dos Conselhos é importante antes da SEPLAG nos dar pronto. Isso é gestão com
350 participação e amplitude e isso foi muito bem feito por todos os setores que participaram e é
351 muito importante dizer que a SEPLAG ficou estupefata, porque de setenta e três ações
352 pulverizadas, conseguimos transformar em oito ações executáveis que depois se
353 desdobram. E este conselho teve um papel estratégico na medida em que discutiu e
354 dinamizou o processo. A Presidenta Valéria Borges Vaz da Câmara Técnica de
355 Programação e Acompanhamento de Projetos do Fundo de Recursos Hídricos informou que
356 tiveram duas reuniões para discutir os projetos do FRH, a primeira dia vinte e seis de julho e
357 o ponto principal de pauta foi a suplementação do recurso do fundo de 2011. Como não
358 tínhamos retorno sobre isso e encaminhamos um ofício para a Secretária Jussara
359 solicitando uma força tarefa junto com outros Secretários de Estado que tinham recursos na
360 suplementação de 2011, para que fosse feita uma reunião junto ao Secretário de Governo,
361 para que a Secretaria da Fazenda liberasse a SRO e saísse esse orçamento da
362 suplementação para 2011. Fizemos esse encaminhamento e ainda não tivemos retorno.
363 Também foi dado um encaminhamento sobre a escolha dos projetos para uso do FRH e
364 ainda não temos um critério de escolha de projetos, temos a Lei Nº 8.850 de 89, que
365 regulamenta o uso, o Decreto Nº 39.282 que rege o uso do Fundo. A Secretaria Executiva
366 do CRH recebeu cento e doze projetos na ordem de cento e dezoito milhões e temos de
367 fazer escolhas. Esta Câmara Técnica propôs a criação de alguns critérios para escolher os
368 projetos e foi solicitado que fossem ouvidos os Comitês também. Estamos atualmente em
369 fase de elaboração e consulta dos critérios e a Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e
370 Jurídicos está a par do que estamos fazendo conforme regulamenta o regimento interno das
371 Câmaras Técnicas. Na segunda reunião, dia dez de agosto vieram para avaliação da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

372 Câmara Técnica todos os projetos que o CRH recebeu e para fazer essa distribuição destes
373 cento e dezoito milhões de demanda de projetos dos Comitês e das Secretarias de Obras,
374 SEHABS e Secretaria de Desenvolvimento Rural e precisávamos ter uma previsão
375 orçamentária. O Diretor Marco Aurélio nos passou a previsão orçamentária para 2012, na
376 ordem de trinta e nove milhões. A Câmara Técnica entendeu que é muito difícil fazer a
377 escolha destes projetos, por isso devolvemos para a Secretaria Executiva do CRH para que
378 ela fizesse a distribuição, conforme a Resolução Nº 44/07. A Secretaria-Executiva do CRH
379 entendeu fazer esta distribuição em rubricas macro aonde todos os projetos encaminhados
380 possam se adequar, de acordo com a nossa previsão orçamentária de trinta e nove milhões.
381 A SEMA ficou com 55% e as demais Secretarias com os outros 45%. Esta é a proposta que
382 apresentamos para a aprovação do CRH e entendemos que pode ser utilizado dentro desta
383 distribuição e como fazer isso, já foi encaminhado ao Fórum Gaúcho dos Comitês hoje pela
384 manhã, porque a demanda de projetos dos Comitês também é grande. Vamos fazer uma
385 oficina dentro do FGC e eleger as prioridades por região hidrográfica. A CTPA também
386 encaminhou para que seja aprovada aqui neste Conselho na reunião de dezembro a
387 suplementação para 2012 e a criação de um banco de projetos para que aqueles projetos
388 que não foram contemplados no exercício e possam ter uma avaliação posterior. A
389 presidenta Jussara cumprimentou a equipe da CTPA e ao Sr. Marco Aurélio por se
390 dedicarem neste processo. Como nos reportamos sempre ao trabalho no núcleo via Casa
391 Civil, hoje pela manhã trabalhamos questões fundamentais dentro do processo que
392 vivenciamos muitas das quais passaram por esse conselho, primeiro pautamos a
393 suplementação, amanhã vamos entregar todos esses documentos, não sei se chegaremos
394 aos cento e dezoito milhões, mas vamos pedir a suplementação e há um olhar, dito pelo
395 Secretário, importante do Governo em relação à Secretaria que está sendo considerada
396 passo a passo como estruturante para o projeto de desenvolvimento. Não somos os
397 carimbadores de licença, mas os que têm que fazer a política ambiental do Rio Grande do
398 Sul. Semana passada, entregamos toda a elaboração feita pelos nossos diversos
399 departamentos, chefias, sobre concurso público e hoje conseguimos nos desdobrar na
400 perspectiva de contratações emergenciais e o carro chefe será os Recursos Hídricos. No
401 final de setembro queremos apresentar ao Governo os resultados dos projetos
402 estruturantes, estratégicos e o que ainda falta. Dentro dos estruturantes a política de
403 recursos hídricos é muito importante e esta apresentação aqui vai fazer parte da
404 apresentação para o Governo, assim como a florestal e o plano de resíduos sólidos que está
405 em elaboração e por fim do ponto de vista dos estratégicos está o Zoneamento Econômico
406 Ecológico, o SILAM e o Sistema Estadual de Gestão de Riscos e Desastres, que são os
407 aportes que temos do Banco Mundial. Hoje pela manhã indicamos o Sr. Marco Aurélio, a
408 diretora Nanci, diretor Administrativo Fabrício e Assessoria Jurídica para criar um grupo de
409 trabalho para resolvermos logo o encaminhamento da sustentabilidade dos comitês. É
410 impossível continuar trabalhando dessa maneira; e o que eles apresentarem vai para núcleo
411 de Governo, via Casa Civil. Esses diretores que vão dinamizar este processo, com a
412 participação dos comitês quando couber. A presidente Jussara colocou em aprovação a
413 proposta orçamentária 2012. A proposta foi aprovada por unanimidade. Viviane Nabinger,
414 Comitê Sinos questionou à presidenta Jussara se com a criação do grupo de trabalho, como
415 vai ficar em relação aos processos que já estão tramitando dentro da SEMA. A presidenta
416 ponderou que não vai responder que o grupo de trabalho vai absorver e pautar nas suas
417 reuniões. Conselheira Leda parabenizou a presidenta pela criação do grupo de trabalho, e
418 colocou que estão com o convênio de manutenção parado há quinze dias na Casa Civil para
419 ser assinado, por falta de delegação de competência. Os Comitês não podem mais esperar
420 dez meses pela manutenção e espera que com isso se tenha mais agilidade e menos
421 burocracia nos processos. Conselheiro Fernando Bernal usou a palavra e comunicou ao
422 CRH que o Comitê Baixo Jacuí, por uma deliberação do dia vinte e dois de julho na reunião
423 do Comitê na cidade de Agudo, visto que o comitê está acerca de vinte e cinco a trinta
424 meses sem convênio de manutenção, por várias vezes pediram intervenção do Estado para



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

425 viabilizar uma forma de manutenção da secretaria executiva, o Comitê entendeu por solicitar
426 uma reunião com a Secretária Jussara e a Diretora Nanci, onde o Comitê vai explanar suas
427 dificuldades e nesse exato momento transferir ao Estado a Secretaria Executiva do Comitê.
428 O Comitê não tem mais condições de manter a Secretaria Executiva, não tem recursos e
429 estará transferindo ao Estado essa responsabilidade. Isso é fruto de um processo que foi
430 muito discutido no comitê e independente do papel que está desenvolvendo dentro do
431 sistema, o funcionamento dele depende muito da Secretaria Executiva, e nestes onze anos
432 de existência, nos últimos nove anos tivemos reuniões em caráter deliberativo todos os
433 meses. Possuem sessenta e cinco entidades participando, isso mostra o engajamento da
434 sociedade e dos usuários de água. Mas chegamos num ponto de ter que inventar pauta e
435 enrolar as pessoas para participarem das nossas reuniões. Fomos enrolados por um
436 pessoal que nos procurou para falar sobre Termo de Referência de Plano de Bacia e nunca
437 mais recebemos resposta nenhuma. Então, não temos mais o que dizer, até para a reunião
438 que vai ser realizada no dia 24 em Rio Pardo não temos pauta definida ainda, expedimos a
439 convocação e a ata da última reunião, por um trabalho voluntário da nossa ex-secretária
440 executiva, não temos o que dizer ao nosso Comitê. Por tudo isso que vamos tomar essa
441 decisão na reunião com a Secretária e a Diretora e esperar do Estado uma definição quanto
442 a manutenção dos Comitês. Temos ouvido ao longo de todo esse período em que
443 discutimos isso, inúmeras versões sobre o que pode e o que não pode ser feito no convênio.
444 Uns dizem que o convênio não pode nem pagar a secretária executiva, outros dizem que
445 não podem pagar os encargos, que eles têm que ser pagos por entidades conveniadas, que
446 dinheiro de deslocamento, viagens para congressos e encontros em nível nacional e
447 regional só podem ser pagas para a diretoria do Comitê. Por isso precisamos de um
448 esclarecimento sobre isso, para termos segurança sobre o que estamos fazendo. A
449 presidenta Jussara salientou que essa reunião vai ser realizada dentro da agenda possível e
450 quer que tragam um documento por escrito apontando todas as dificuldades do Comitê.
451 Precisamos de um documento que pautas as dificuldades, que são históricas, não
452 começaram há nove meses, nem sete meses, mas vem de muitos anos. Temos que definir
453 essa relação, como vai ser paga a secretária executiva, os encargos, deslocamentos, todas
454 essas dificuldades todos tem e vocês devem ter aprofundado essas dificuldades nunca
455 resolvidas, talvez pelos parceiros, pelo processo embora tenha havido muita participação da
456 sociedade nas reuniões do Comitê. E esse grupo de trabalho vai mostrar o que pode e o
457 que não pode ser feito nos Comitês. Se precisar vou levar essa proposta para o núcleo de
458 Governo. Respeitamos a decisão de vocês, vamos ter essa reunião e esse documento vai
459 servir de subsídio, inclusive para o nosso grupo de trabalho para podermos buscar uma
460 solução conjunta desta relação do Estado com os Comitês de Bacia que são estratégicos
461 para a política de recursos hídricos do Estado. Não havendo mais assuntos a tratar, a
462 presidenta Jussara Cony agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E eu,
463 Carmem Lucia Silveira da Silva, Secretária Executiva Adjunta do CRH /RS, lavro esta ata